

Orçamento para 89

e de Cz\$ 10 tri

GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

No Orçamento Geral da União que o presidente Sarney recebeu ontem, estão previstos dispêndios globais da ordem de Cz\$ 10,04 trilhões, a preços de junho. As receitas globais embutidas no novo OGU incluem uma arrecadação de Cz\$ 5,9 trilhões, que se somarão aos Cz\$ 4,1 trilhões previstos com operações de créditos internos e externos. Estes são os principais números da proposta orçamentária que, em função dos fortes nela apresentados, vão gerar reações "insuportáveis" de muitos ministros e governadores, segundo admitiu um assessor da Presidência da República.

O orçamento foi entregue ao presidente Sarney pelos ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que passaram parte da tarde e da noite discutindo com os ministros da Casa — Gabinete Civil, Gabinete Militar e SNI — os termos da mensagem com a qual o Governo encaminhará o documento ao Congresso Nacional. O ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, é que deverá ir hoje ao Congresso entregar, em nome do Presidente, a mensagem ao primeiro-secretário do Senado, Ju-

tahy Magalhães.

No Palácio do Planalto, nenhum assessor quis adiantar qualquer número do novo orçamento. Mesmo assim, foi possível apurar que os dispêndios gerais do OGU serão de Cz\$ 10,04 trilhões. Após o encaminhamento da mensagem orçamentária ao Congresso Nacional, o ministro do Planejamento dará uma entrevista coletiva para detalhar as contas do Governo para 1989. Informou-se no Palácio do Planalto, que, dentro da decisão de cumprir o novo texto constitucional, o Governo deverá extinguir a Seac — Secretaria Especial de Ação Comunitária, responsável pela execução de programas junto às comunidades carentes da população. O artigo 209 do texto constitucional determina que as ações governamentais na área de assistência social serão realizadas com re-

ursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a execução dos programas à esfera estadual e municipal e entidades beneficentes e de assistência social.

Com relação ao Distrito Federal, por exemplo, o corte executado pela Seplan chegou a 97 por cento do total de recursos pedidos pelo governo local para o próximo ano e áreas de educação, saúde e segurança pública. Incluindo recursos para os projetos de combate à erosão e despoluição do Lago Paranoá foram as principais atingidas. Dos Cz\$ 62,1 bilhões solicitados, a Seplan concedeu apenas Cz\$ 1,3 bilhão. Uma contenção, portanto, de cerca de 97 por cento, ou um atendimento de menos de 3 por cento das necessidades do governo de Brasília.

De acordo com dados encaminhados ao Palácio do Planalto, a Seplan manteve inalteradas apenas as dotações para o custeio de pessoal e encargos sociais. Também ficaram prejudicados os programas de recuperação de escolas, reformas e ampliação do Hospital de Base e todos os programas de educação e saúde.

